

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 18 • 2010/2011



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2010/2011

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 18 • 2010/2011 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso, Maria da Conceição André e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

NOVOS DADOS SOBRE A PRESENÇA FENÍCIA NO VALE DO TEJO. AS RECENTES DESCOBERTAS NA ÁREA DE VILA FRANCA DE XIRA¹

João Pimenta² & Henrique Mendes³

Los indígenas de Occidente no fueron testigos silenciosos o agentes pasivos de este proceso histórico, sino que su participación fue tanta o más activa que la de los propios comerciantes orientales.
(Aubert, 1994, p. 303).

1 - INTRODUÇÃO⁴

O presente estudo decorre da descoberta do sítio proto-histórico de Santa Sofia, na periferia do núcleo urbano da cidade de Vila Franca de Xira. A sua escavação ao longo de duas extensas campanhas, em 2006 e 2007, permitiu caracterizar a sua ocupação e organização espacial. Estamos perante um sítio que pela implantação na paisagem, arquitectura e economia se insere dentro daquilo que tem vindo a ser definido como os casais agrícolas da Idade do Bronze da Península de Lisboa.

O elemento mais interessante é que neste contexto claramente indígena, surgem alguns materiais exógenos de influência fenícia que indicam contactos com os grandes povoados orientalizes do vale do Tejo.

Ao iniciarmos o estudo deste sítio, este apresentava-se, regionalmente, como um caso único de povoamento para a Idade do Bronze e Idade do Ferro, não existindo estações contemporâneas no concelho de Vila Franca de Xira, nem nas áreas mais próximas, que nos permitissem contextualizar tal realidade.

Perante tal desconhecimento, desenvolveu-se um projecto de prospecções sistemáticas do território, que permitiu identificar diversos novos sítios, demonstrando claramente a forte interacção entre o mundo indígena e os navegadores semitas.

2 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Entrando na barra do Tejo e navegando rio acima, os navios deparavam-se, a montante dos grandes povoados proto-históricos da Colina do Castelo de S. Jorge e do Almaraz (Almada), com um vasto mar interior de águas calmas e bons ancoradouros.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada publicamente dia 30 de Janeiro de 2008 na Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta conferência decorreu de um convite do Professor Doutor João Luis Cardoso, que serviu de estímulo à divulgação destas investigações. Com a devida vénia aqui lhe agradecemos publicamente.

² Mestre em Pré-história e Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

³ Arqueólogo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

⁴ Agradecemos o apoio e os comentários da Professora Doutora Ana Margarida Arruda, graças a quem este trabalho saiu enriquecido, não lhe cabendo quaisquer responsabilidades pelos eventuais erros que contenha.

O território de Vila Franca de Xira desenvolve-se pelas duas margens do Rio Tejo, contendo em si mesmo uma diversidade geográfica que condicionou a história da sua ocupação.

Na margem direita, deparamo-nos com uma ampla faixa ribeirinha, recortada por significativas linhas de água descendo dos montes a jusante que marcam o início da paisagem da Estremadura. Nesta zona reuniam-se as condições para a implantação de núcleos habitacionais, tendo desde cedo os seus terraços fluviais sido escolhidos para esse efeito.

A margem esquerda espalha-se pelas férteis lezírias, até ao vale do rio Sorraia. Este amplo território tem ainda hoje um aproveitamento essencialmente agrícola e pecuário, sendo uma das zonas mais férteis do país.

Resulta ainda hoje pertinente reler a célebre passagem da obra de *Almunime Alhimari*⁵, que nos dá uma clara imagem da vida ao longo do rio:

“O Tejo inunda periodicamente as planícies que o bordejam à maneira do Nilo no Egipto. Os habitantes, depois da cheia, semeiam o grão sobre o lodo que ficou depositado, (...)” (*Almunime Alhimari*, segundo COELHO, 2008, p. 48).

3 - O SÍTIO DE SANTA SOFIA

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico e escavação, realizados no vale da ribeira de Santa Sofia, foram justificados pelo projecto de execução do Parque Urbano do mesmo nome, nas imediações da cidade de Vila Franca de Xira.

Este projecto de valência ambiental previa a alteração da cobertura vegetal, assim como uma profunda adulturação na modulação da encosta do vale. Face aos inevitáveis impactos que esta obra teria nos níveis arqueológicos aí existentes, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira incumbiu os signatários de efectuarem o seu acompanhamento desde uma fase inicial.

A intervenção situou-se na encosta do Bairro do Bom Retiro, ocupando uma vasta área de cerca seis hectares de hortas e mato (Fig. 2).

Este espaço caracteriza-se pela sua topografia de vale abrigado, abundante em águas e com terrenos férteis até há bem pouco tempo fruídos para actividades de agricultura e pecuária.



Fig. 1 – A região do baixo vale do Tejo, com a localização das principais estações da Idade do Ferro, a par dos sítios dados agora a conhecer, ou reobservados.

Legenda: 1 – Santa Sofia; 2 – Quinta da Marquesa II; 3 – Quinta da Carapinha; 4 – Casal da Mó; 5 – Castro do Amaral.

⁵ Baseia-se em textos Árabes do século XI e XII d.C. (COELHO, 2008).

Situado fora do termo da vila medieval, poucos são os dados documentais de que dispomos acerca desta zona eminentemente rural. Apesar deste aparente silêncio das fontes, alguns achados esporádicos e a análise da toponímia permitiam antever a potencialidade do sítio.

Embora os dados arqueológicos acerca desta área sejam escassos, em finais do século XIX, ocorreu a descoberta na estrada de A-dos-Bispos, junto ao actual bairro do Bom Retiro, de uma ânfora romana coberta por um tijolo contendo um tesouro de moedas do Baixo-império (PARREIRA, 1988, p. 103-104).

Face à dimensão da área a intervir, delineou-se a divisão do vale em dois sectores distintos e a implantação de uma quadricula de 4 metros de lado em todo o terreno.

Numa primeira fase, perante a ausência de conhecimento prévio acerca de ocupações antigas, efectuámos trabalhos de prospecção intensiva. Estes revelaram uma inesperada dispersão de vestígios em diversas zonas do vale indicativas de uma longa diacronia de ocupação.

Perante a informação aferida da análise das manchas de dispersão, optou-se por abrir sondagens de diagnóstico nas zonas de maior interesse, tendo estas incidido essencialmente em duas áreas com uma ocupação de época romana alto imperial.

Contudo, apesar das prospecções e sondagens prévias, foi no decorrer da monitorização dos trabalhos no vale, que viemos a detectar, junto ao Bairro do Bom Retiro, uma inesperada ocupação proto-histórica.

Esta descoberta, surgiu na sequência da abertura de uma vala com cerca de um metro e meio de profundidade, para a transplantação de oliveiras. Sublinhe-se que a prévia prospecção, efectuada pelos signatários nesta área, não tinha revelado qualquer elemento indicativo de uma ocupação antiga. A limpeza e crivagem dos sedimentos resultantes da abertura da vala, revelaram a presença de abundante espólio de época romana, assim como inú-



Fig. 2 - Localização da intervenção no vale da ribeira de Santa Sofia a cinzento.

meros fragmentos de cerâmica manual que nos remetia para cronologias mais recuadas. Face a estas evidências, decidimos abrir duas sondagens, para avaliar da existência de estratigrafia preservada. O desenrolar da primeira intervenção, permitiu contextualizar os materiais proto-históricos, vindo sublinhar a importância da ocupação da plataforma superior. A existência de pelo menos três grandes fases de ocupação deste espaço, e a possível presença de evidências estruturais associadas ao povoado proto-histórico, levou-nos a alargar o espaço da intervenção e abrir uma extensa frente de trabalho com cerca de 60 metros quadrados, fazendo a ligação entre as duas Sondagens (MENDES & PIMENTA, 2008). Infelizmente, devido ao abater da intempérie a partir de finais de Outubro de 2006, não foi possível concluir a escavação desta área, tendo os trabalhos sido suspensos.

Na campanha do Verão de 2007, tendo em conta a topografia acentuada do local e o tipo de evidências frágeis com que teríamos de lidar, implementámos uma leitura em *open-area*, seguindo os conceitos definidos por Philip Barker (1986, 1989); para o efeito quadriculou-se uma área de cerca de 100 m². Esta opção visava tentar recolher o máximo de informação possível, numa óptica de leitura sincrónica. A escavação seguiu a remoção das unidades estratigráficas pela ordem inversa da sua deposição, tendo o seu registo seguido a proposta de Harris (1989).

Os trabalhos realizados permitiram caracterizar o sítio e a sua sequência de ocupações, com cinco fases bem definidas, espaçadas no tempo. A um primeiro momento da Idade do Bronze sem influências orientalizantes, sucede-se uma fase de “apogeu” em que estes materiais exóticos circulavam, seguindo-se um extenso nível de abandono sobre o qual foi assentar a ocupação romana e de época moderna.



Fig. 3 - Planta dos alicerces das cabanas identificadas em Santa Sofia.

O estudo da estratigrafia e da sua correlação com as estruturas arquitectónicas identificadas levam-nos a caracterizar esta estação proto-histórica como um habitat de meia encosta, que aproveitaria as boas condições de visibilidade e a abundância de água de nascente, inserindo-se dentro do que tem vindo a ser caracterizado para a península de Lisboa como casal agrícola (MARQUES & ANDRADE, 1974; CARDOSO, 2004).

A planta das estruturas exumadas permitem verificar alguma complexidade construtiva. Individualizámos os alicerces de duas grandes cabanas de planta elipsoidal, com cerca de 4m de eixo máximo por 2,20 m de largura, e uma de menor dimensão, cerca de 2,60 m de eixo interno por 2 m de largura, constituídos por grandes blocos calcários (PIMENTA & MENDES, 2007).

O estudo da dinâmica de abandono destas estruturas e da tafonomia do espólio exumado permite-nos tecer algumas observações acerca do colapso das cabanas. É particularmente interessante verificar, antes de mais, o volume dos derrubes. Estes são constituídos por milhares de blocos calcários, deixando antever que partes significativas das paredes das cabanas eram de pedra, erguendo-se o restante em adobe ou materiais perecíveis.

Este casal agrícola, possivelmente ocupado por diversas famílias, deveria basear a sua economia na pastorícia e agricultura do vale, completando a sua dieta com a pesca e recolha de moluscos no rio Tejo⁶.

A análise do espólio cerâmico e lítico, associada aos níveis de ocupação e abandono das Cabanas I a III, permitem-nos situá-las num breve espaço de tempo de uma ou duas gerações no máximo.

O conjunto exumado é dominado esmagadoramente, em todas as camadas, por cerâmicas manuais de tipologia do Bronze Final da Estremadura (CARDOSO, 2004 e CARDOSO & SILVA, 2004); contudo, as primeiras importações do mundo fenício estão presentes, sendo um indicador precioso para a sua cronologia.

Na análise das cerâmicas de produção manual, predominam os grandes contentores de armazenamento de colo alto e lábio simples, que deveriam servir para guardar os excedentes agrícolas (Fig. 6, n.º 19 a 24). Estes apre-



Fig. 4 – Vista geral das duas grandes cabanas de Santa Sofia no final da escavação de 2007.

⁶ Os vestígios de fauna malacológica assumem a forma de verdadeiros concheiros.

sentam bons paralelos em níveis da Idade do Bronze Final em Alpiarça (MARQUES, 1972; KALB & HÖCK, 1985), e na Beira Baixa (VILAÇA, 1995).

A par deste conjunto cerâmico, individualizou-se um grupo com pastas muito bem depuradas e acabamento cuidado. As formas identificadas correspondem a taças carenadas e pequenas tigelas com paredes muito finas e acabamento cuidado (Fig. 4). Este grupo encontra paralelos já em níveis da Idade do Ferro em Santarém, onde foi individualizado como o Grupo 3 (compare-se com ARRUDA, 2002, p. 174), em níveis da Idade do Bronze Final no Moinho da Atalaia (PINTO & PARREIRA, 1977, fig. 2) e em Alpiarça (MARQUES, 1972, Est. II e III).

Alguns dos fragmentos que incluímos neste grupo apresentam características que nos levam a destacá-los destas produções (Fig. 5, n.º 1 a 5). Trata-se de fragmentos de taças carenadas de paredes muito direitas, com arranque de carena bem marcada. Do ponto de vista morfológico, aproxima-se da cerâmica de tipo Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 1977), mas, infelizmente, o seu estado de conservação não permite verificar se terá tido pintura nas suas superfícies. Produções similares foram recentemente detectadas no vale do Tejo com vestígios de pintura (ARRUDA, 2005a) e no rio Sado, em Abul (MAYET & SILVA, 2000, p. 38-39).

As decorações resumem-se a acabamento a *cepillo* e pequenas incisões sobre os bordos de contentores de armazenamento. Contudo, destaca-se uma peça com decoração unglada com paralelos em sítios do Bronze Final, como o Castro do Ratinhos, onde lhe foi aferida uma cronologia de meados do século X a VIII a.C. (SILVA & BERROCAL RANGEL, 2005, fig. 12), ver Fig. 5, n.º 18. Por último, em relação à cerâmica manual, resta-nos sublinhar a ausência, algo inexplicável, ou pelo menos inesperada, da cerâmica de ornatos brunidos tipo Lapa do Fumo (CARDOSO, 2004).

As cerâmicas a torno, apesar de minoritárias no conjunto do espólio exumado (cerca de 31%), permitem um enquadramento cronológico mais preciso, tendo em conta paralelos com estações com cronologias bem definidas. Estas encontram bons exemplos na foz do Tejo, nos níveis mais antigos dos povoados do Almaraz e da Colina do Castelo de S. Jorge, em Lisboa e mais para montante na alcáçova de Santarém (ARRUDA, 2002).

Não podemos deixar de referir que a natureza dos terrenos prejudicou o estado de conservação das cerâmicas, com especial incidência nas peças a torno. Daí as peças revestidas a engobes vermelhos e pintadas em bandas se resumirem a alguns fragmentos, sendo os restantes intuídos pelo tipo morfológico.

O estudo das cerâmicas a torno permite identificar algumas das formas mais típicas dos inícios da Idade do Ferro, denotando fortes influências orientalizantes. Entre estas destacam-se os grandes contentores de armazenamento do tipo *phittoi*, alguns deles ainda conservando pintura em bandas vermelhas (Fig. 7, n.º 42 a 47), as cerâmicas ditas cinzentas (Fig. 7, n.º 30 a 35) e alguns fragmentos de ânforas do Tipo 10.1.1.1. e possivelmente do Tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995) (Fig. 7, n.º 36 a 41).

Ainda que apenas representado por dois fragmentos, podemos detectar um invulgar contentor de tendência esférica com caneluras junto ao bordo (Fig. 7, n.º 25). Esta forma encontra-se bem representada em contextos da primeira metade do século VII a.C. em Huelva, revestido externamente com engobe vermelho (Forma C1a de RUFETE TOMICO, 1988-89), no Castillo de Doña Blanca (RUIZ MATA & PÉREZ, 1995, fig. 21) e em Mogador (LÓPEZ PARDO & HABIBI, 2002, fig. 56). No extremo ocidente peninsular apesar de pouco frequente, encontra paralelos em Castro Marim (FREITAS, 2005, Fig. 3 n.º 11), em Abul no horizonte 1C (MAYET & SILVA, 2000, fig. 20 n.º 75), em Santarém (ARRUDA, 2002, p. 187, fig. 119, n.º 5) e em Lisboa na intervenção da Rua de São Mamede ao Caldas (PIMENTA, SILVA & CALADO, no prelo, Figura 6, n.º 2).

⁷ Esperemos que os resultados das datações absolutas possam clarificar algumas das questões agora deixadas em aberto. Este projecto é da responsabilidade do Engenheiro Monge Soares no Instituto Tecnológico e Nuclear, a quem aproveitamos para agradecer. Aguardamos em breve poder apresentar o resultado desta parceria.

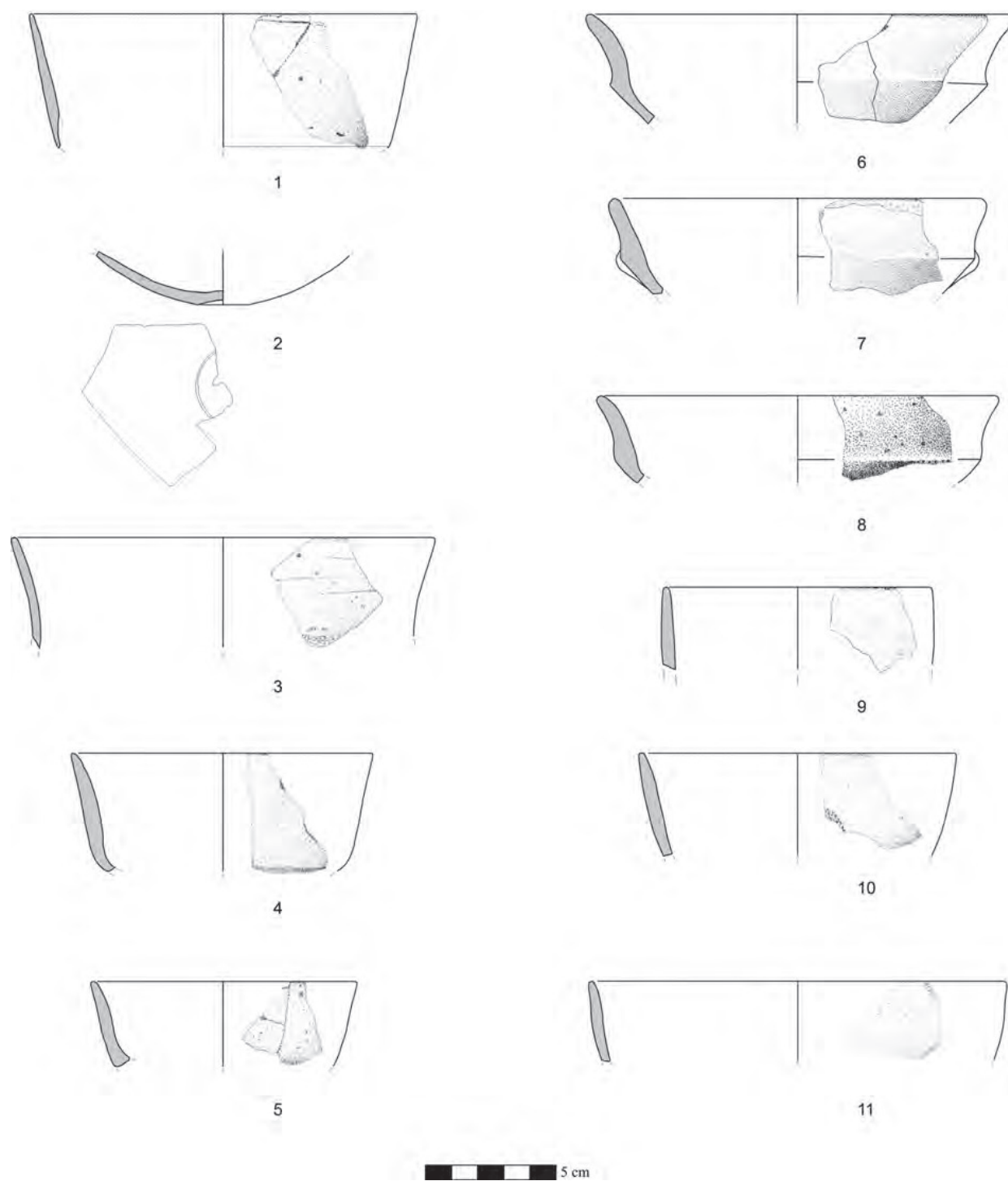


Fig. 5 – Cerâmicas manuais de pastas depuradas e acabamento cuidado de Santa Sofia.

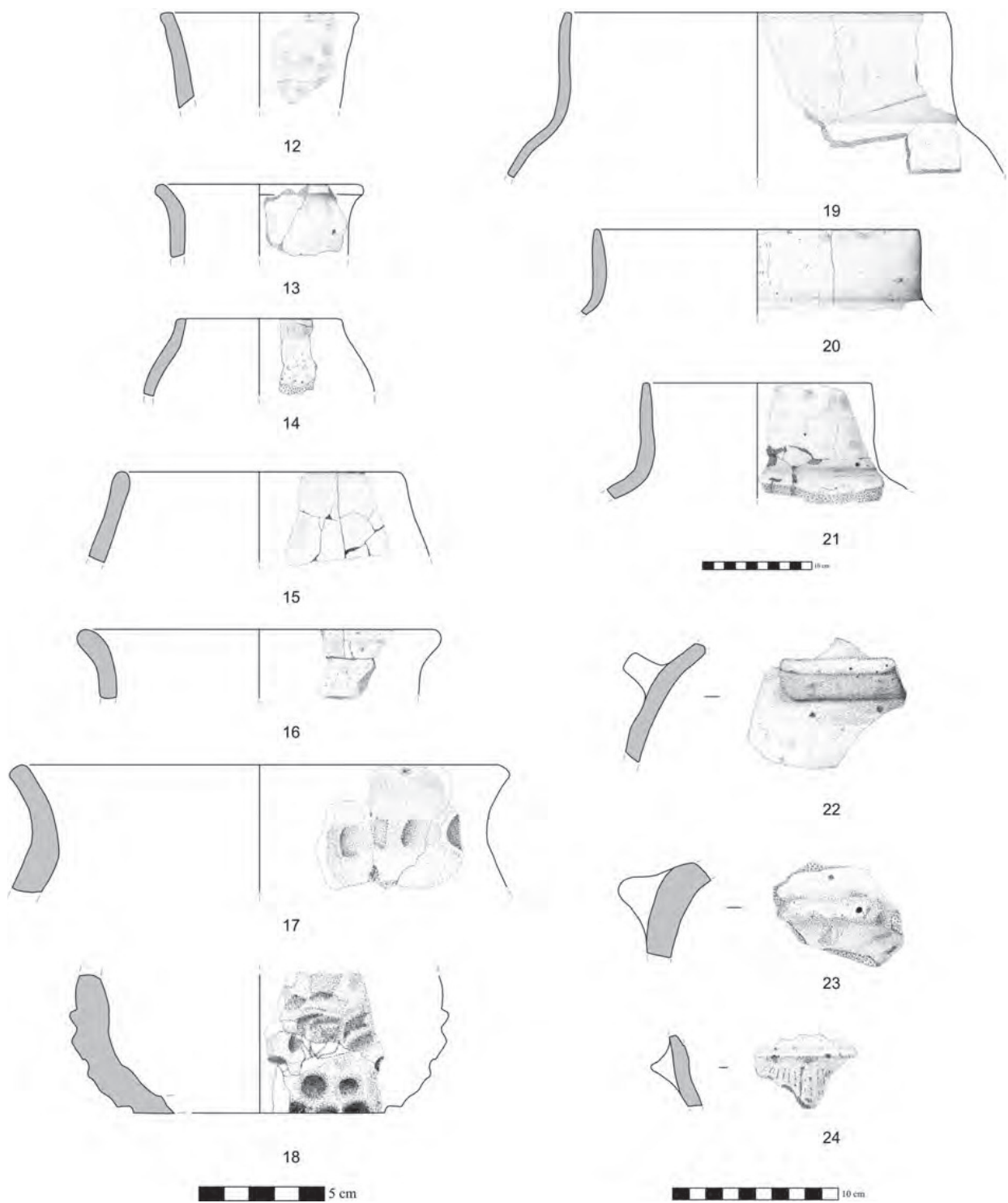
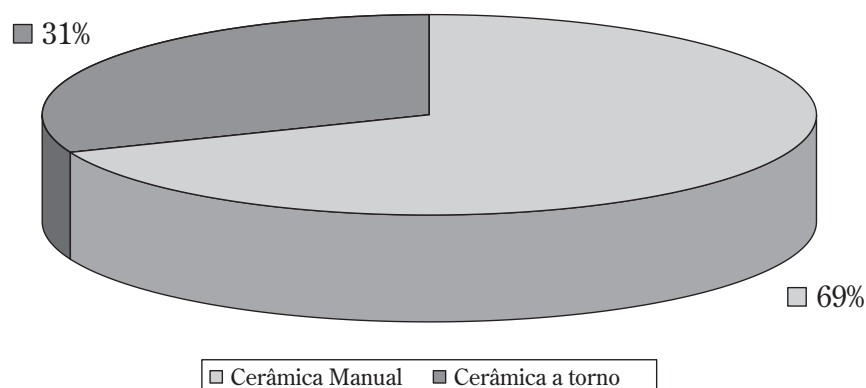


Fig. 6 - Contentores de armazenamento e outros recipientes de cerâmica manual de Santa Sofia.

Face a estes paralelos e tendo presente a representatividade das cerâmicas manuais de clara tradição do mundo da Idade do Bronze Final, parece-nos prudente sugerir uma datação deste povoado, num momento impreciso que podemos situar em cronologia tradicional entre meados dos séculos VIII/VII a.C.

Tendo como objectivo a aferição de uma cronologia absoluta para o sítio, encontramos-nos a desenvolver um programa de datação com o Instituto Tecnológico e Nuclear⁷. Foram obtidas até ao momento seis datas de carbono 14 para a sequência estratigráfica. Para os níveis mais antigos de ocupação da cabana 2, UE56 obteve-se uma datação, Sac-2296 – 2950±35BP, que, calibrada a dois sigma, forneceu um intervalo de tempo localizado entre 774-531 a.C.



Gráf. 1 – Análise quantitativa da totalidade dos materiais cerâmicos da Fase II e III de Santa Sofia.

4 – OS DADOS DISPONÍVEIS

As investigações desenvolvidas nas duas últimas décadas no vale do Tejo permitem afirmar que em meados da segunda metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional, “os navegadores orientais passaram a frequentar de forma sistemática o litoral ocidental português, tendo-se então, muito possivelmente, instalado em alguns povoados indígenas (...)” (ARRUDA, 2005b, p. 298).

No estuário do Tejo, essa instalação encontra-se bem documentada desde uma fase inicial nos grandes povoados portuários da alcáçova de Santarém, colina do Castelo de S. Jorge, em Lisboa e Almaraz, Almada. Estes importantes sítios evidenciam uma forte matriz cultural mediterrânea plasmada no pouco que se conhece da sua arquitectura e nos conjuntos cerâmicos, evidenciando uma clara descontinuidade em relação ao período antecedente da Idade do Bronze Final (ARRUDA, 2005a).

A ampla navegabilidade do Rio Tejo, verdadeiro itinerário privilegiado de penetração para o interior peninsular, é o eixo condutor do estabelecimento destes primeiros aglomerados “urbanos”, implantados em áreas de ancoradouro natural e com facilidades a nível de fixação portuária onde se podiam escoar produtos, mercadorias e ideias.

Paralelamente a estes grandes sítios com vários hectares de extensão, pouco ou nada se sabe sobre os modelos de povoamento rural durante a fase inicial do processo de Orientalização (MATALOTO, 2004).

Ao iniciarmos a análise dos resultados da escavação do povoado de Santa Sofia, este apresentava-se, regionalmente, como um caso único de povoamento para esta época, não existindo estações contemporâneas no concelho de Vila Franca de Xira nem nas áreas mais próximas, que nos permitissem contextualizar estas realidades.

Resulta particularmente curioso o mapa de síntese recentemente elaborado por Raquel Vilaça e Ana Margarida Arruda (2004) acerca do povoamento do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale do Tejo. Aí, é evidente a inexis-

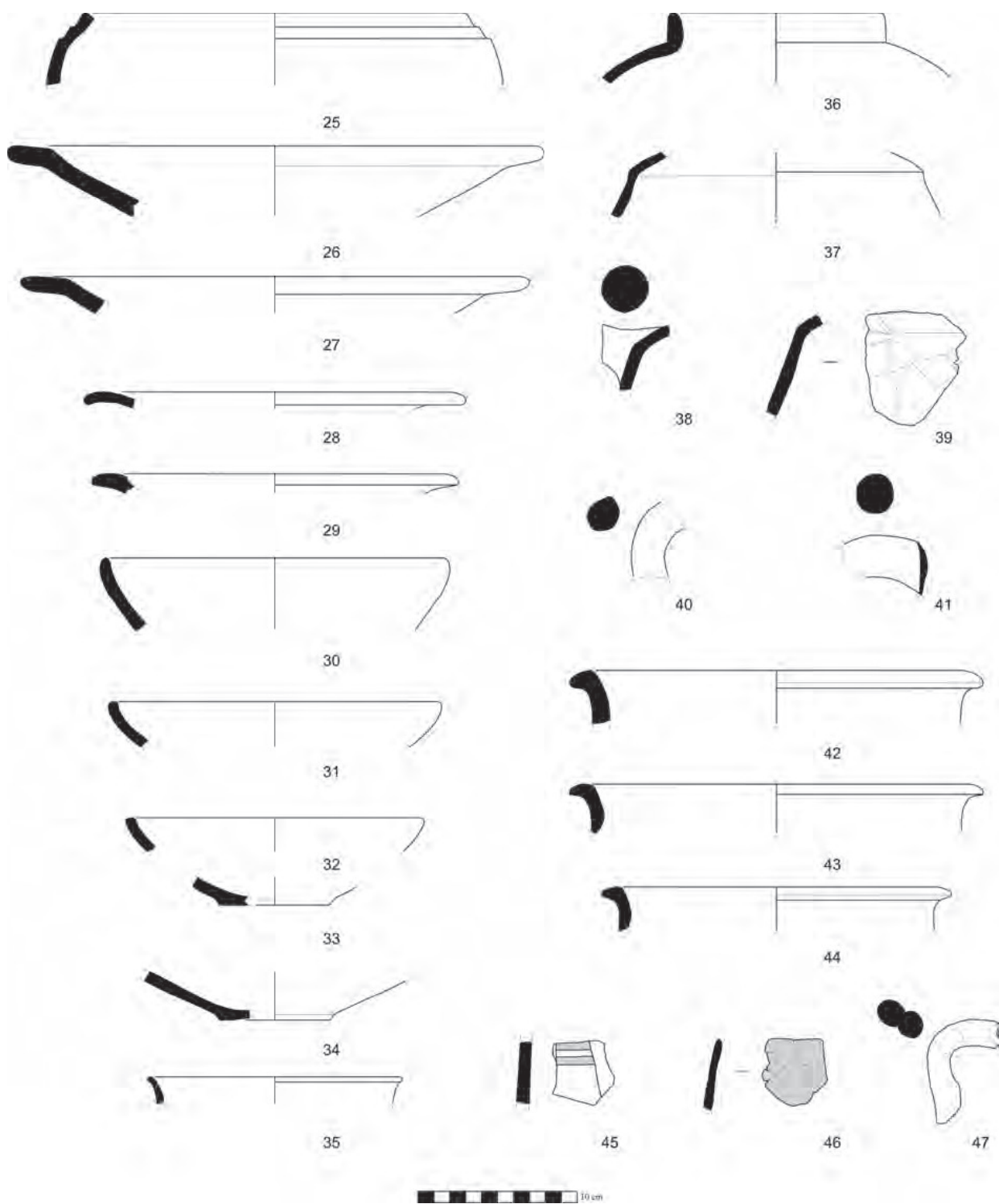


Fig. 7 – Cerâmicas ao torno de influência do mundo “fenício” ocidental de Santa Sofia: taça da forma C1a de Rufete Tomico (n.º 25); pratos em cerâmica cinzenta (n.º 26 e 27); pratos de engobe vermelho (n.º 28 e 29); taças em cerâmica cinzenta (n.º 30 a 34); pote em cerâmica cinzenta (n.º 35); ânfora do Tipo 10.1.1.1. (n.º 36); ânforas possivelmente do Tipo 10.1.2.1 (n.º 37 a 41); *pithoi* (n.º 42 a 47).

tência de informação consistente nesta zona do vale do Tejo. Porém, sempre acreditámos que este aparente hiato, mais não era do que a carência de trabalhos de campo devidamente dirigidos para o estudo das realidades sidé-ricas e as estratégias de povoamento dos finais da Idade do Bronze. Tendo presente esta ausência, iniciámos, no âmbito do projecto, patrocinado pelo Programa Operacional da Cultura, «Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel», trabalhos de prospeção sistemáticos em algumas áreas previamente defi-nidas conducentes à realização da Carta Arqueológica. Apesar de um inventário desta natureza nunca estar con-cluído, o trabalho que pudemos desenvolver permitiu, desde já, revelar um potencial arqueológico insuspeito.

Embora sejam desde há muito conhecidos diversos sítios arqueológicos nesta área, as investigações do Museu Municipal, permitiram detectar três dezenas de novas estações, algumas delas de grande importância científica e patrimonial a carecerem de projectos de investigação e salvaguarda. Entre estas, destaca-se pela sua raridade, as estações proto-históricas da Idade do Bronze Final e Idade do Ferro reveladoras de uma dinâmica de povoamen-to até ao momento ignorada.

5 - O VALE DO RIO GRANDE DA PIPA

Por uma questão de coerência geográfica e de interesse dos resultados, prestaremos uma especial atenção neste trabalho aos novos sítios identificados no extremo norte do concelho, no vale do rio Grande da Pipa⁸.

Ainda que actualmente se encontre muito assoreado, o Rio Grande da Pipa continua a ser um importante afluente do Tejo, com caudais variáveis, que deixam vislumbrar a sua relevância de outros tempos.

A sua bacia ocupa uma área de cerca 110 km², limitada a Norte e a Sul, respectivamente, pelas bacias da ribei-ra da Ota e do Rio Trancão, assumindo-se como uma via de penetração natural para a zona de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



Fig. 8 – Excerto da *Carta Militar de Portugal*, 1: 25.000, Folha nº 390, com a localização dos sítios proto-históricos identificados no vale do rio Grande da Pipa: 1 – Castro do Amaral; 2 – Casal da Mó; 3 – Quinta da Carapinha; 4 – Monte dos Castelinhos; 5 – Quinta da Marquesa II; 6 – Bairro Gulbenkian (obs.: cada lado da quadrícula corresponde a 1 km).

⁸ Este vale faz fronteira entre os municípios de Vila Franca de Xira, Alenquer e Arruda dos Vinhos.

A ausência de dados paleogeográficos impede-nos de conhecer a sua evolução ao longo do tempo e em particular para o período a que nos reportamos. Como tal, apenas podemos supor que esta acompanha o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas, deixando em aberto a possibilidade de a sua navegabilidade, atestada em épocas históricas até à ponte da Marinha, poder ter-se efectuado pelo menos até à zona da Quinta da Marquesa.

“Com efeito, o escoamento das 16 sub-bacias que fazem parte da bacia-vertente do Rio Grande da Pipa vai ser feito em direcção a uma pequena área, com início em Cadafais, com cerca de 3 km de comprimento por 1,5 km de largura, sofrendo esta área um segundo estrangulamento na foz do Rio Grande da Pipa, reduzindo-se a largura máxima para cerca de 500 m.” (MACHADO, 1991, p. 4).

É precisamente após este segundo estrangulamento, algo encaixado pelos afloramentos calcários e numa área de saída da ampla bacia aluvial do Vale, que detectamos o primeiro sítio com ocupação pré-romana.

6 - O SÍTIO DA QUINTA DA MARQUESA II

Na sequência dos trabalhos de prospecção, deparámo-nos no sopé do morro do monte dos Castelinhos, junto ao antigo edificado setecentista da Quinta da Marquesa, com remeximentos profundos do terreno. Esta obra da responsabilidade da EPAL prendia-se com a duplicação do Adutor de Castelo do Bode entre a Quinta da Marquesa e a Central Elevatória de Vila Franca de Xira, efectuada infelizmente sem o devido acompanhamento arqueológico neste primeiro troço.

Apesar de esta área já ter sido alvo de anteriores trabalhos relacionados com o primeiro adutor, a implantação paralela de outro aqueduto levou infelizmente à destruição de realidades patrimoniais.



Fig. 9 - Vista do vale do rio Grande da Pipa a partir do sítio romano republicano do Monte dos Castelinhos.

Face ao facto consumado de a obra já estar concluída, informámos as entidades competentes à data, o então Instituto Português de Arqueologia, e iniciámos uma prospecção intensiva com um novo enquadramento. Este tinha agora como objectivo tentar assinalar cartograficamente as áreas de maior dispersão de materiais cerâmicos, com o intuito de tentar extrapolar, na medida do possível, as dimensões da estação e de aferir o seu estado de conservação.

Tendo presente as incontornáveis situações de invisibilidade arqueológica decorrentes das remoções de terras e aterros inerentes a uma obra desta envergadura, pudemos, contudo, face ao então observado e registado, tecer algumas considerações acerca da estação.

O sítio da Quinta da Marquesa II implanta-se num extenso terraço quaternário de pendentes suaves sem quaisquer condições naturais de defesa e com uma excelente visibilidade para o actual curso do rio Tejo.

Apesar da forte e contínua actividade agrícola ter alterado substancialmente a paisagem, a análise dos dados aferidos e a sua confrontação com a cartografia e fotografia aérea antigas, leva-nos a entrever que a ocupação antiga deste espaço se organizava paralela ao rio Tejo e a uma linha de água existente a Sul, ocupando uma área considerável de aproximadamente cerca de um hectare. Esta estação foi seccionada transversalmente pelo adutor e em parte bastante aterrada; contudo, o seu sector oeste paralelo à antiga Estrada Real, (actual Estrada Nacional 1), preserva-se parcialmente em bom estado de conservação num terreno com fruição agrícola. Em relação ao seu enquadramento cronológico, temos de ter presente que estamos a lidar com elementos provenientes de recostas de superfície, que carecem de confirmação e enquadramento estratigráfico.

Desde a primeira visita ao local, deparámo-nos com a presença de uma grande dispersão de materiais cerâmicos de cronologia pré-romana. Entre estes, destacam-se as cerâmicas a torno do mundo fenício ocidental, dominando de uma forma clara o conjunto e permitindo aferir uma cronologia relativa para o sítio, centrada em torno dos finais do século VIII e VII a.C. Entre as cerâmicas a torno, destaca-se quantitativamente a presença dos contentores de tipo *phittoi* de colo curto, asas bifidas e paredes decoradas com bandas vermelhas e negras (Fig. 10, n.º 64 a 70 e Fig. 11, n.º 78 a 86).

Os engobes vermelhos estão presentes com fragmentos de pratos de lábio aplanado inclinado para o interior, oscilando entre os 3 e os 5 cm (Fig. 10, n.º 51 a 55). Esta forma pode-se incluir na forma P1 de Rufete Tomico (1988-89, p. 15-16), datada em cronologia tradicional entre a segunda metade do século VIII e a primeira metade do século VII a.C. No território actualmente português, é precisamente no vale do Tejo onde encontramos os melhores paralelos para os pratos de engobe vermelho, nos níveis mais antigos da Alcáçova de Santarém (ARRUDA, 2002, p. 184-186), Lisboa⁹ e em alguns exemplares do povoado do Almaraz (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993). A cerâmica cinzenta fina está bem atestada, tendo as taças de bordo convexo, tal como em Lisboa e Santarém (ARRUDA, 2002), um papel de destaque (Fig. 10, n.º 56 a 63). As ânforas do mundo fenício estão representadas por diversos fragmentos de asas e um bocal do Tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres (1995), com uma possível origem na área do estreito de Gibraltar (Fig. 11, n.º 71 a 76).

A par destes contentores, recolheu-se à superfície um fragmento de bocal correspondendo a um invulgar exemplar de um trípede (Fig. 11, n.º 77). Estes vasos têm uma larga tradição mediterrânea, sendo relativamente frequentes no Ocidente, surgindo sempre conotados com presenças exógenas (ARRUDA 2002, p. 45). No território actual Português, estão mal representados nos inventários cerâmicos dos povoados sidéricos, sendo apenas conhecida a sua presença nos níveis arcaicos do Castelo de Castro Marim (ARRUDA, 2002). O exemplar da Quinta da Marquesa II, apesar de muito fragmentado encontra bons paralelos no Cerro del Villar, no Tipo B3 da tipologia dos trípedes (AUBET *et al.* 1999, p. 185).

⁹ Provenientes da Casa dos Bicos e Teatro Romano em estudo por um dos signatários (J. P.).

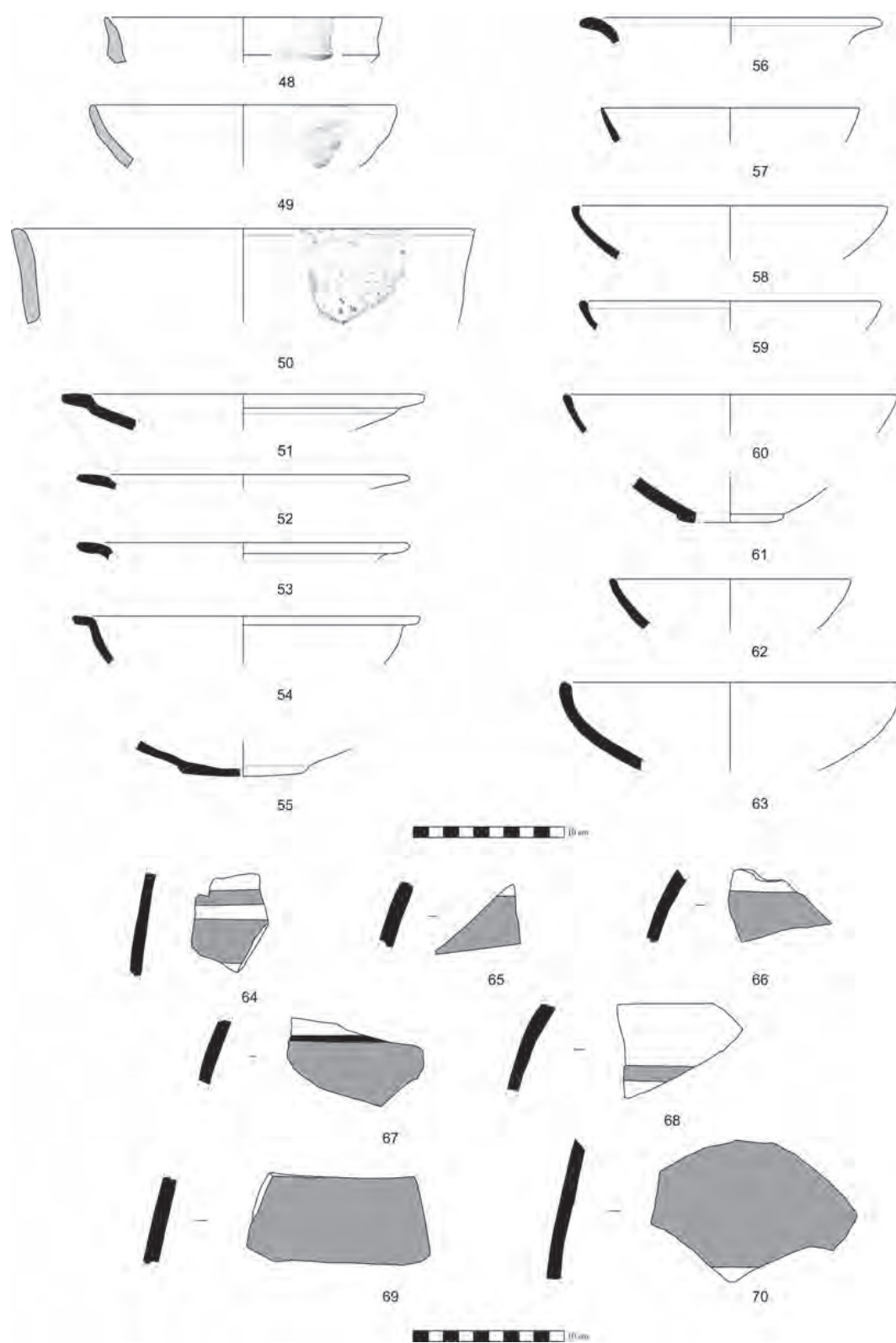


Fig. 10 – Quinta da Marquesa II: cerâmicas manuais (n.º 48 a 50); cerâmicas a de engobe vermelho (n.º 51 a 55); cerâmica cinzentas finas (n.º 56 a 63) e contentores de armazenamento com decoração em bandas bícromas vermelhas e negras.

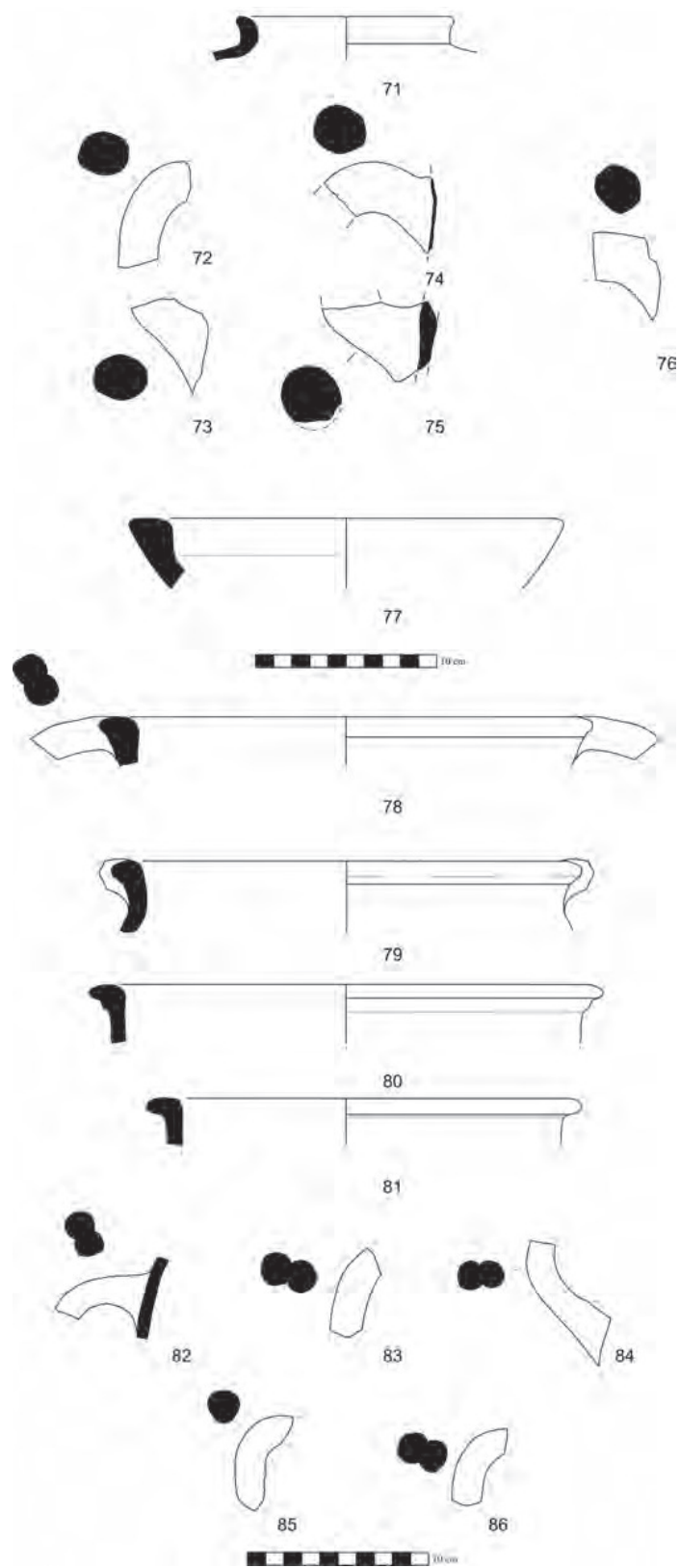


Fig. 11 – Quinta da Marquesa II: ânforas (n.º 71 a 76); bordo de tripode (n.º 77); fragmentos de *phittoi* (n.º 78 a 86).

As cerâmicas manuais são minoritárias, apresentando claras influências do mundo da Idade do Bronze Final com bons paralelos no povoado de Santa Sofia (Fig. 10, n.º 48 a 50).

Por último, deparámo-nos no terreno com uma dispersão significativa de prismas de cerâmica (Fig. 12). Trata-se de peças de argila cozida de corpo maciço e secção triangular fabricadas provavelmente com moldes, também conhecidos na bibliografia como suportes ou cunhas piramidais (AUBET *et al.* 1999).

Os prismas têm vindo a ser associados ao processo de produção cerâmica, podendo ser utilizados para facilitar o empilhamento das peças dentro do forno ou como suporte durante a secagem dos recipientes. Estas duas hipóteses não se excluem, como podemos observar nos prismas de Quinta da Marquesa, onde apenas alguns dos exemplares mostram indícios de terem sido submetidos repetidamente a altas temperaturas. Estas peças encontram-se bem atestadas em sítios fenícios associados à actividade de produção oleira, como no Cerro del Villar na foz do rio Guadalhorce, em Montilla na foz do rio Guadiaro e em sítios indígenas como no Cerro de los Infantes, Huelva e Tejada (AUBET *et al.* 1999). Importa sublinhar que estes prismas aparecem em contextos fechados entre o século VII e o VI a.C. No extremo ocidente peninsular estas peças são particularmente raras, apenas se conhecendo a referência indirecta à sua existência no povoado de Almaraz (CARDOSO, 2004, p. 231). A significativa presença destes prismas na Quinta da Marquesa e a sua associação a restos de tijolos de adobe com vestígios de exposição a altas temperaturas leva-nos a admitir uma área de produção oleira. Esta interpretação encontra-se consubstanciada pela recolha de um fragmento de bocal de ânfora de tipologia do mundo fenício, com evidente deformação de cozedura.

As referidas evidências de cariz industrial, associadas ao tipo de implantação, permitem supor um sítio de características singulares, em que a presença de populações exógenas de matriz mediterrânica é incontornável. De facto, a sua implantação, apesar de bastante adulterada com o progressivo assoreamento do rio, recorda o estabelecimento fenício de Abul no baixo Sado (MAYET & SILVA, 2000), ou ambientes coloniais fenícios como Cerro del Villar (AUBET, 1999). Chegados a este ponto, importa reter que “(...) existen determinadas tecnologías que difícilmente pueden ser aprendidas sin un conocimiento directo. El torno de alfarero, la obtención y aplicación de engobes, la metalurgia de la plata, la pasta vítrea, por ejemplo no son tecnologías que puedan dominarse sólo a través de la observación de los objetos manufacturados.” (ARRUDA, 2002, p. 257).

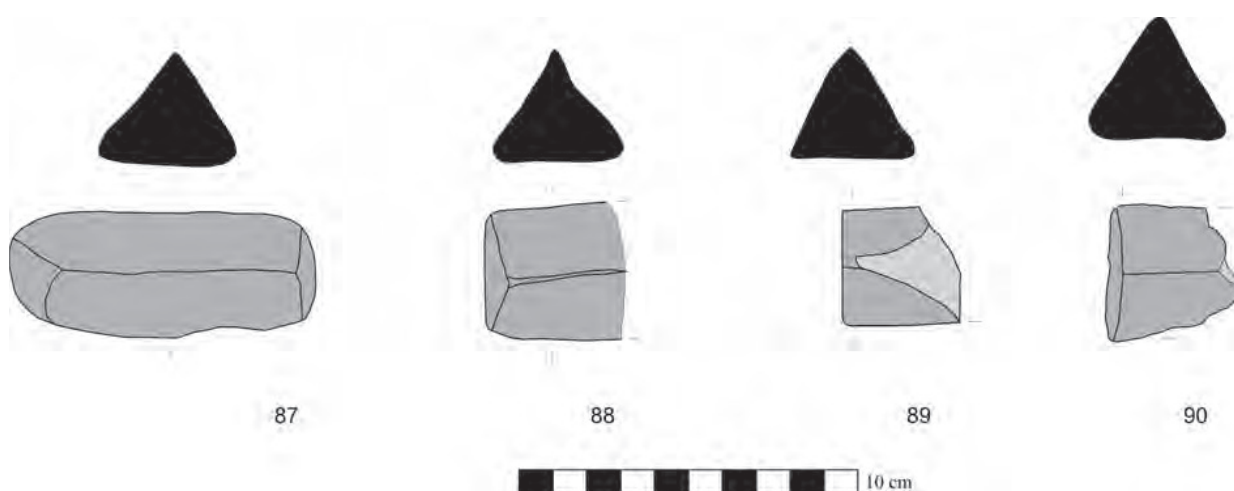


Fig. 12 – Quinta da Marquesa II: Prismas em cerâmica.

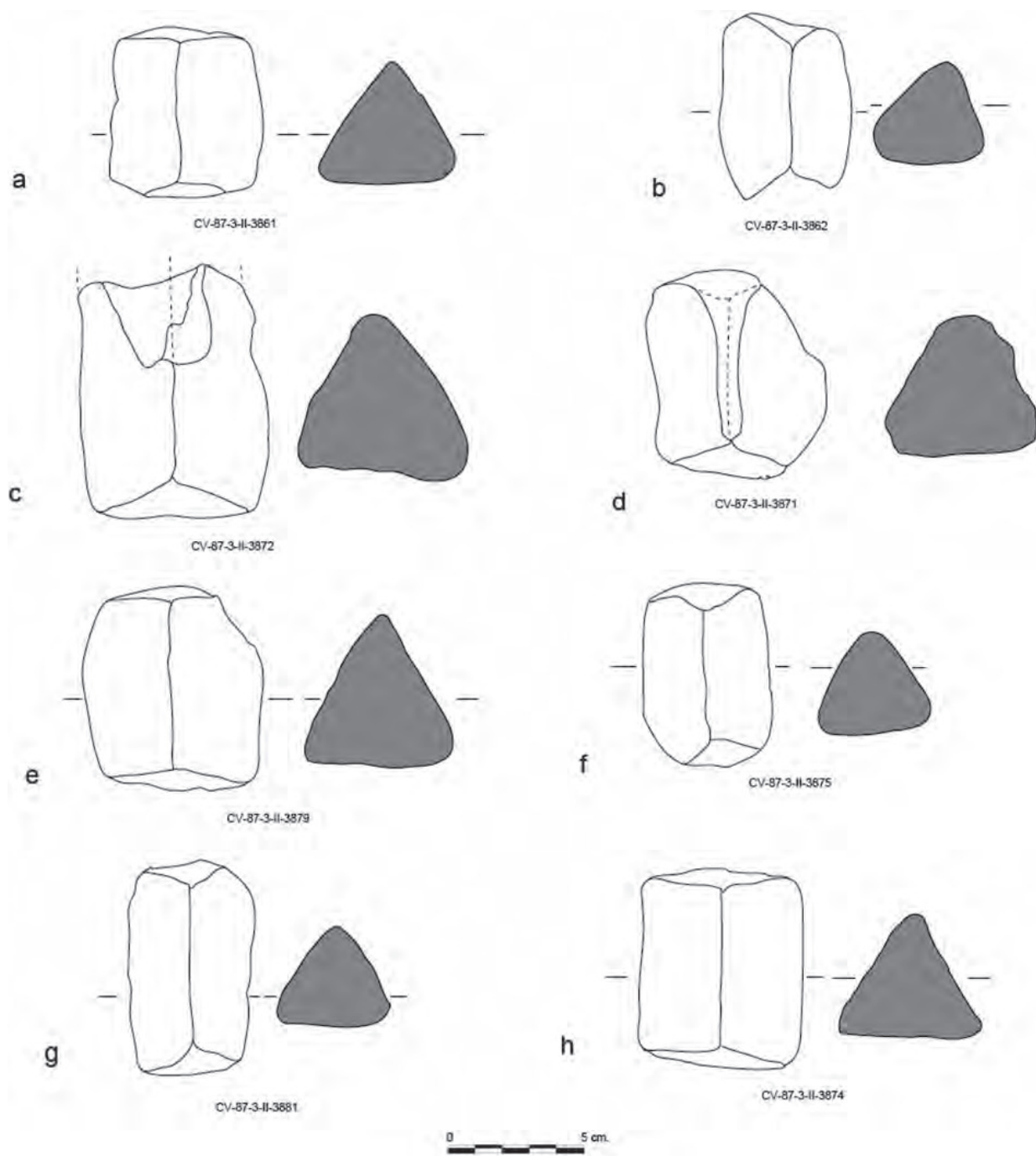


Fig. 13 - Prismas em cerâmica, provenientes do Cerro del Villar, a partir de AUBET *et al.*, 1999.

7 - O SÍTIO DA QUINTA DA CARAPINHA I

Mais para o interior do vale, detectou-se o sítio da Quinta da Carapinha I. Esta estação desenvolve-se numa encosta de pente suave sobranceira a uma inflexão abrupta do actual curso do rio Grande da Pipa. Apesar de localizado a meia encosta e sem quaisquer condições naturais de defesa, a sua implantação domina visualmente a ampla bacia do rio e a sua antiga foz.

A descoberta desta estação prendeu-se com a realização de trabalhos agrícolas, que conduziram à destruição parcial da estação. Desde logo, sobressaiu a presença nos dois lados do caminho municipal 1236 e na encosta sobranceira (actualmente coberta de vinha), de cerâmicas manuais, algumas com acabamento cuidado, apontando para uma ocupação da Idade do Bronze e eventualmente da Idade do Ferro. Uma observação mais atenta da encosta desta quinta logrou aferir que seria nesta área, actualmente muito erodida, que se deveria desenvolver a ocupação proto-histórica.

Entre os materiais recolhidos, destaca-se a cerâmica manual da Idade do Bronze Final (Fig. 14, n.º 95 a 97) e alguns elementos denticulados de sílex, correspondendo a elementos de foice. Paralelamente a esta realidade, foram identificados outros materiais que nos remetem para o mundo pré-romano de influência meridional. Entre estes sublinhamos três fragmentos de bocais de ânforas pré-romanas do Tipo 10.1.2.1. e 1.3.2.4. de Ramon Torres (1995) e um fragmento de asa bífida atestando uma ocupação desde meados do século VII a.C. ao V a.C. (Fig. 14, n.º 91-94).

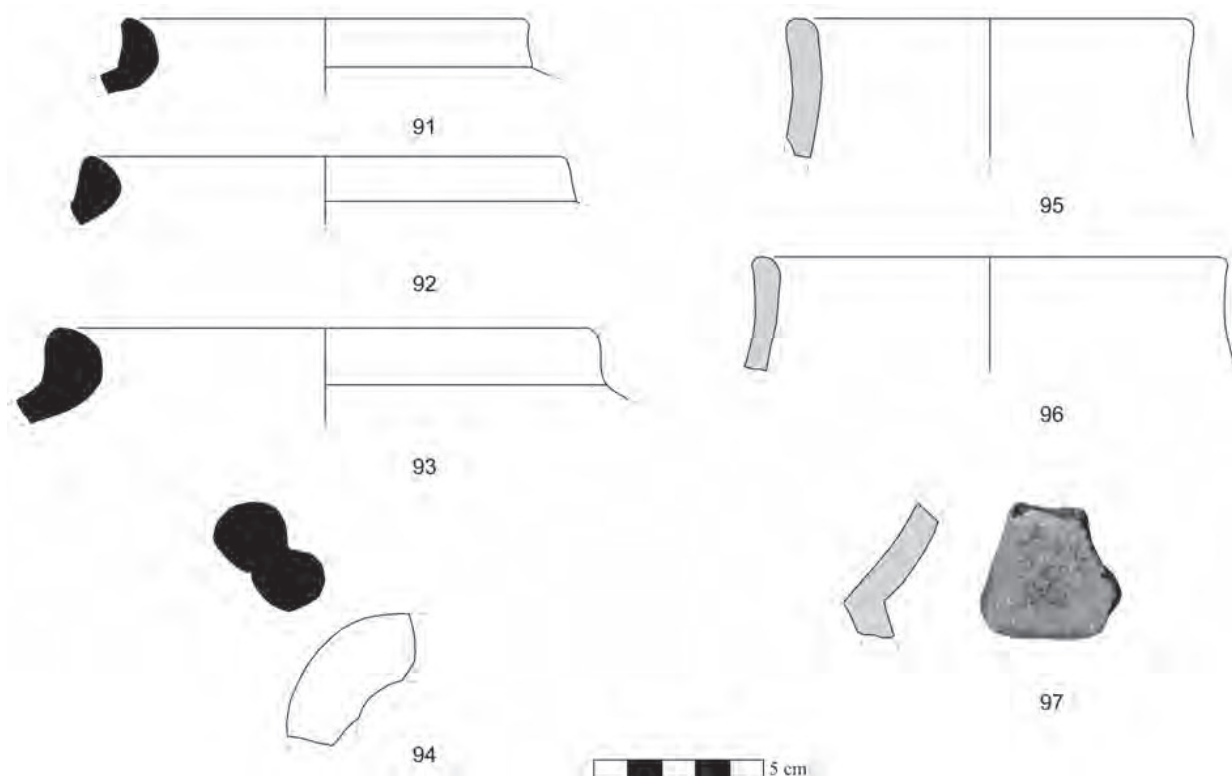


Fig. 14 - Quinta da Carapinha I: ânforas do Tipo 10.1.2.1. (n.º 91 e 92); ânfora do Tipo 1.3.2.4. (n.º 93); fragmento de asa bífida (n.º 94); cerâmica manual (n.º 95 a 97).

8 - O SÍTIO DO CASAL DA MÓ

Com uma disposição similar na paisagem, detectámos mais para montante, já na freguesia de Cachoeiras, onde o curso do rio começa a ficar mais encaixado, uma nova estação.

O sítio do Casal da Mó desenvolve-se numa encosta suave sobranceira ao rio Grande da Pipa, paralela a um pequeno curso de água subsidiário deste. Aí, numa zona de terrenos agrícolas ocupado parcialmente por um pomar, identificámos a presença de cerâmicas manuais e a torno, que remetam para uma ocupação pré-romana.

Desde logo, chamou-nos a atenção a existência de uma significativa concentração de fragmentos de barro de cabana, similares aos detectados na escavação das cabanas de Santa Sofia. Estes elementos, indicadores da existência de estruturas, surgiam a par de alguns fragmentos de cerâmicas manuais. Estas, apesar de bastante fragmentadas, permitiram a reconstituição gráfica de três pequenas taças com paralelos no mundo da Idade do Bronze Final (Fig, 15, n.º 99 a 101).

As cerâmicas a torno são bastante raras, restringindo-se a pequenos fragmentos de cerâmica cinzenta e a um bocal bem preservado de ânfora pré-romana.

Esta ânfora poderá incluir-se, ainda que com algumas cautelas, dentro do Tipo 1.2.3.4. definido por Ramon Torres (1995), atestando uma ocupação de meados do século VI-V a.C. (Fig, 15, n.º 98). As características macroscópicas da pasta deste contentor levam a incluí-la dentro do grupo “Villaricos” (RAMON TORRES, 1995).

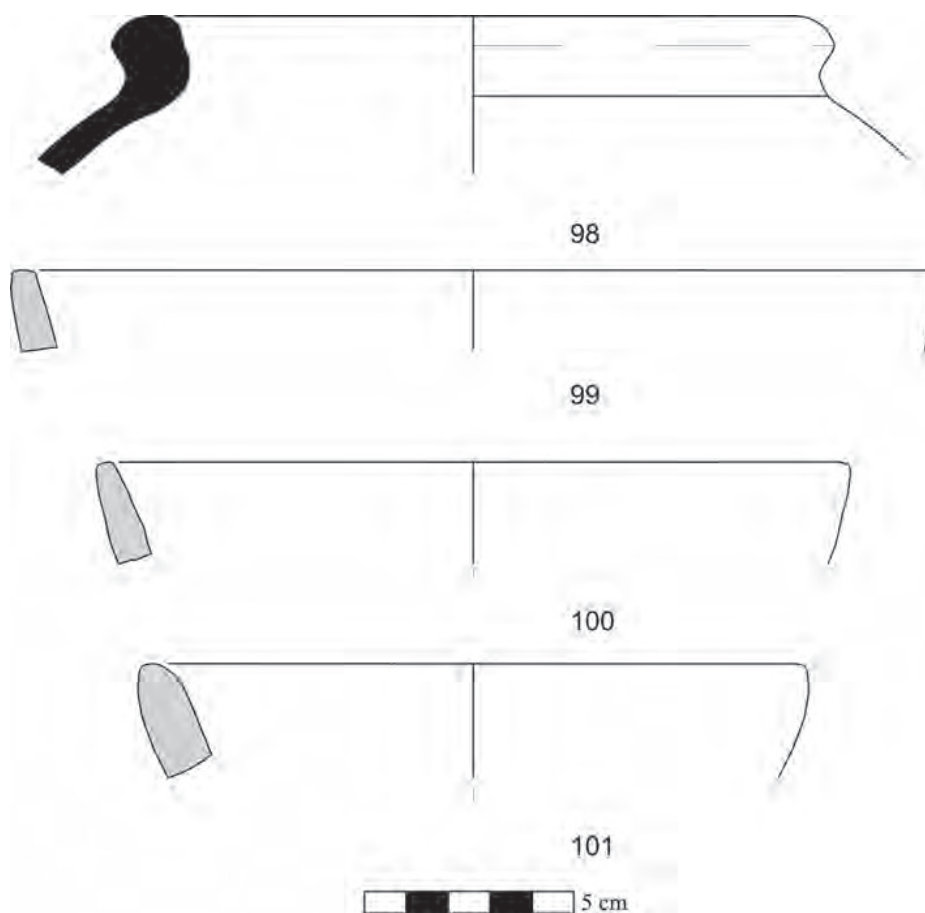


Fig. 15 - Casal da Mó: ânfora do Tipo 1.2.3.4. (n.º 98) e cerâmica manual (n.º 99 a 101).

9 – O CASTRO DO AMARAL

O alto do Amaral evidencia-se de longe na paisagem, assumindo-se como um verdadeiro monumento geológico, constituído por uma singular formação de calcários corálicos (MACHADO, 1999, p. 20).

Do ponto de vista de implantação, o planalto do Amaral atinge cerca de 290 metros de altura, com encostas escarpadas de grande defensibilidade, dominando visualmente todo o vale do rio Grande da Pipa e o vale da ribeira de Santana da Carnota, assim como uma parte considerável do estuário do Tejo.

Descoberto em inícios do século XX na sequência de prospecções de Hipólito Cabaço e Sousa de Alte (ANDRADE, 1973), a sua exploração nunca mereceu a atenção do investigador de Alenquer, pelo menos, com a extensão das investigações que o mesmo desenvolveu no vizinho povoado da Pedra de Ouro (BARBOSA, 1956a). Contudo, as recolhas aí efectuadas permitiram a Ernâni Barbosa divulgar pela primeira vez esta estação, na sua Tese de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (BARBOSA, 1955).

Nos anos sessenta, esta estação voltou a ser alvo de prospecções, pelo então secretário da secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa o Sr. Gil Miguéis Andrade. Pouco se sabe dos resultados destas prospecções, a não ser o exposto nos resumos das actas existentes sobre duas comunicações que proferiu sobre o sítio respectivamente em 1963 e 1973 (ANDRADE, 1963 e 1973).

Desde a primeira comunicação, ficou claro a existência de quatro fases da ocupação do Castro: a mais recuada, contemporânea da fortificação da Pedra de Ouro; outra, da Idade do Bronze Final que designa como do Ferro II, surgindo “Cerâmica tipo Alpiarça lisas e com decoração brunida” (ANDRADE, 1973); a terceira, da Idade do Ferro, com “cerâmica de roda tipo St.^a Olaia” (ANDRADE, 1973); e uma fase já de época romana que situa em cerca de 200 a.C.

O sítio volta a ser referenciado em 1974 no âmbito do trabalho sobre a “Cultura de Alpiarça” (MARQUES & ANDRADE, 1974). Aí, é sublinhada a existência de vestígios de estratigrafia e a presença de muralhas. Em relação ao espólio daí proveniente, os seus autores mencionam a existência de materiais em depósito no Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e de uma colecção em posse do Dr. Miguéis Andrade¹⁰.

No decorrer das nossas investigações, no Vale do Rio Grande da Pipa, visitámos o vasto planalto do Amaral. Este, encontra-se hoje em dia muito arborizado, tendo a sua leitura sido prejudicada pela implantação de um parque eólico em 2004, sem o devido acompanhamento arqueológico. Contudo, à superfície, é ainda visível uma grande dispersão de materiais que permite vislumbrar uma extensa área ocupada. A presença de taludes e estruturas pétreas de grande dimensão nas áreas com menor protecção natural, confirma a presença de muralhas delimitando uma área de cerca quatro hectares.

Para confirmarmos o faseamento sugerido por Gil Miguéis Andrade, pedimos autorização à Câmara de Alenquer para estudarmos as colecções depositadas no Museu Hipólito Cabaço¹¹. Estas, resultam de várias recolhas efectuadas ao longo do tempo, sendo possível individualizar dois grandes grupos: um resultante das prospecções de Hipólito Cabaço e outro mais recente, resultante de uma visita ao local em meados nos anos setenta pelo então Director do Museu Hipólito Cabaço, João José F. Gomes. A sua análise permite confirmar a existência de uma longa diacronia de ocupação, ainda que com prolongados hiatos desde o Calcolítico até época romana republicana.

¹⁰ No decorrer da elaboração deste texto, um de nós (J.P.) teve oportunidade de entrar em contacto com o Sr. Gil Miguéis Andrade, que informou que já não possui esta colecção, tendo-a doado ao Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Infelizmente até ao momento ainda não nos foi possível dedicar algum tempo ao seu estudo.

¹¹ Agradecemos o auxílio prestado pelo Dr. Filipe Rogeiro.

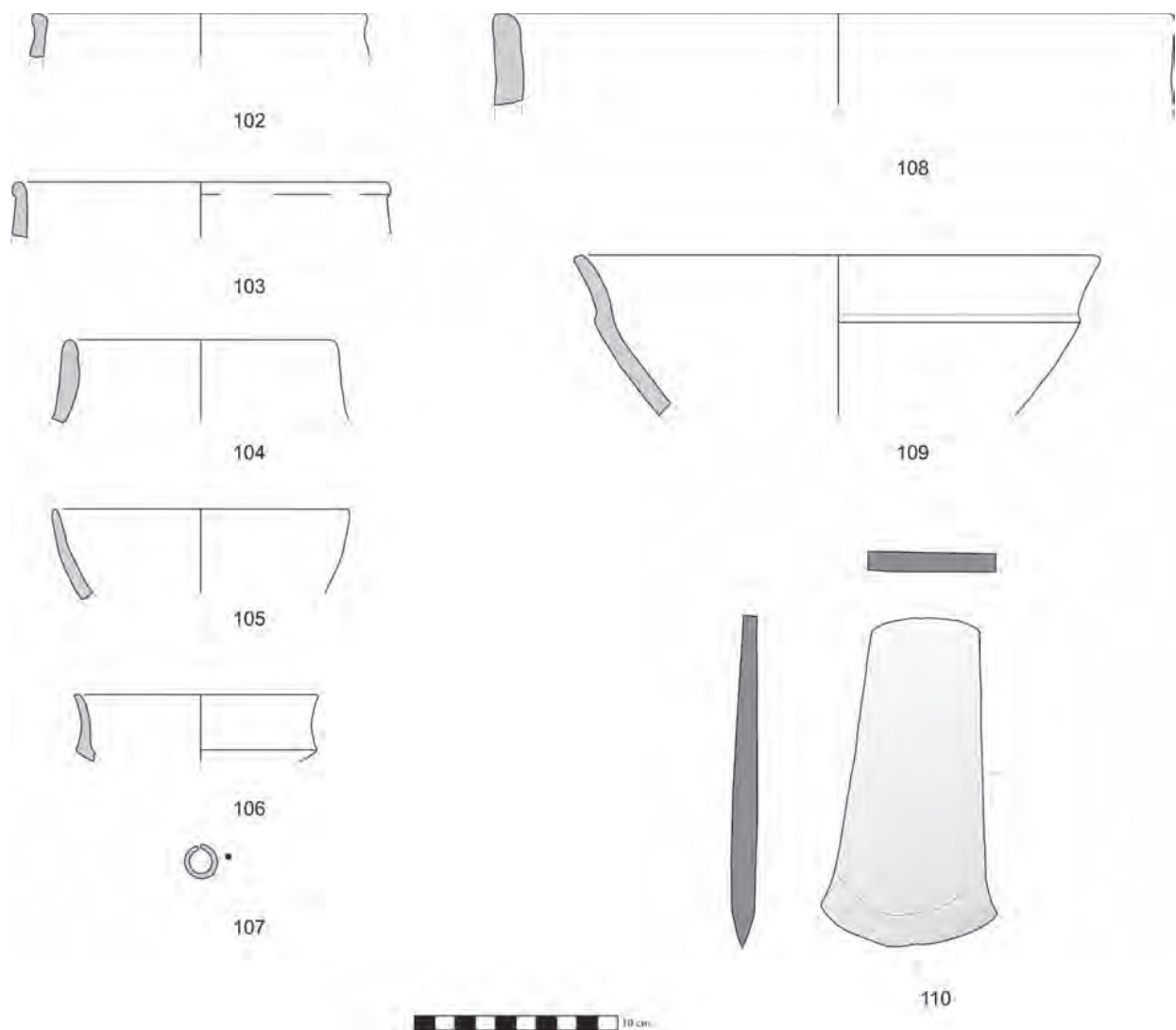


Fig. 16 – Castro do Amaral: cerâmica manual (n.º 102 a 106; 108 e 109); argola de bronze (n.º 107) e machado em bronze do tipo “tipo Bujões/Barcelos” (n.º 110).

Para a Idade do Bronze, o povoamento do sítio parece iniciar-se ainda no Bronze Pleno, como atesta um machado do “tipo Bujões/Barcelos” conservado na exposição permanente do Museu de Alenquer (KALB, 1980) (Fig. 16, n.º 110).

O estudo da cerâmica manual, confirma a sua ocupação durante a Idade do Bronze Final, com as típicas taças carenadas e potes (Fig. 16, n.º 109 e 112 e Fig. 17, n.º 118), os contentores de armazenamento (Fig. 16, n.º 102-104 e 108) e mesmo alguns artefactos em bronze como uma argola (Fig. 16, n.º 107).

A par destes materiais, detectamos entre o espólio do Castro do Amaral um conjunto significativo de cerâmicas a torno, evidenciando fortes contactos com o mundo fenício ocidental, a partir de meados do século VIII a.C. Entre estes, destacamos a presença dos contentores de armazenamento de tipo *phitoi*¹² e a abundância de fragmentos de ânforas de produção meridional, possivelmente da baía de Cádiz. Apesar do estado de conservação

¹² De momento, não foi possível reconstituir graficamente nenhum exemplar.



Fig. 17 – Castro do Amaral. Pote da Idade do Bronze Final. Desenho de César Neves.

destes grandes contentores, destinados a comercializar produtos alimentares a longa distância, foi possível identificar oito bocais, que com algumas cautelas, podemos atribuir a uma forma concreta da tipologia de Ramon Torres (1995). Atestando os primeiros momentos de contacto com o mundo fenício, identificou-se, tal como no povoado de Santa Sofia (ver *infra* Fig. 7, n.º 36), as primeiras produções anfóricas da área do estreito de Gibraltar, datadas de meados do século VIII a VII a.C., enquadradas no Tipo 10.1.1.1. (Fig. 18, n.º 113 e 114).

As ânforas melhor representadas são as do Tipo 10.1.2.1.; este tipo encontra-se particularmente bem atestado nos sítios orientalizantes do vale do Tejo, em particular na alcáçova de Santarém e no morro do castelo de S. Jorge, em Lisboa (Fig. 18, n.º 115-118). Por último, dois fragmentos de ânfora do Tipo 11.1.1.1. atestam a continuidade do povoado até pelo menos meados do século V a.C. (Fig. 18, n.º 119-120).

Pouco mais sabemos sobre a evolução deste imponente sítio fortificado ao longo da Idade do Ferro; importa, no entanto, sublinhar que entre o conjunto cerâmico estudado, alguns materiais, como as cerâmicas de armazenamento e as ânforas vinárias itálicas remetem para uma importante ocupação romana republicana¹³.

É interessante ter presente que com esta proveniência é conhecido desde há alguns anos um numisma hispano-cartaginês (FARIA, 1987), tendo igualmente sido recolhido nas suas imediações o notável tesouro, datado da época das Guerras Sertorianas, de Santana da Carnota (VIEGAS & PARREIRA, 1984).

¹³ Este conjunto irá ser apresentado brevemente noutro contexto.

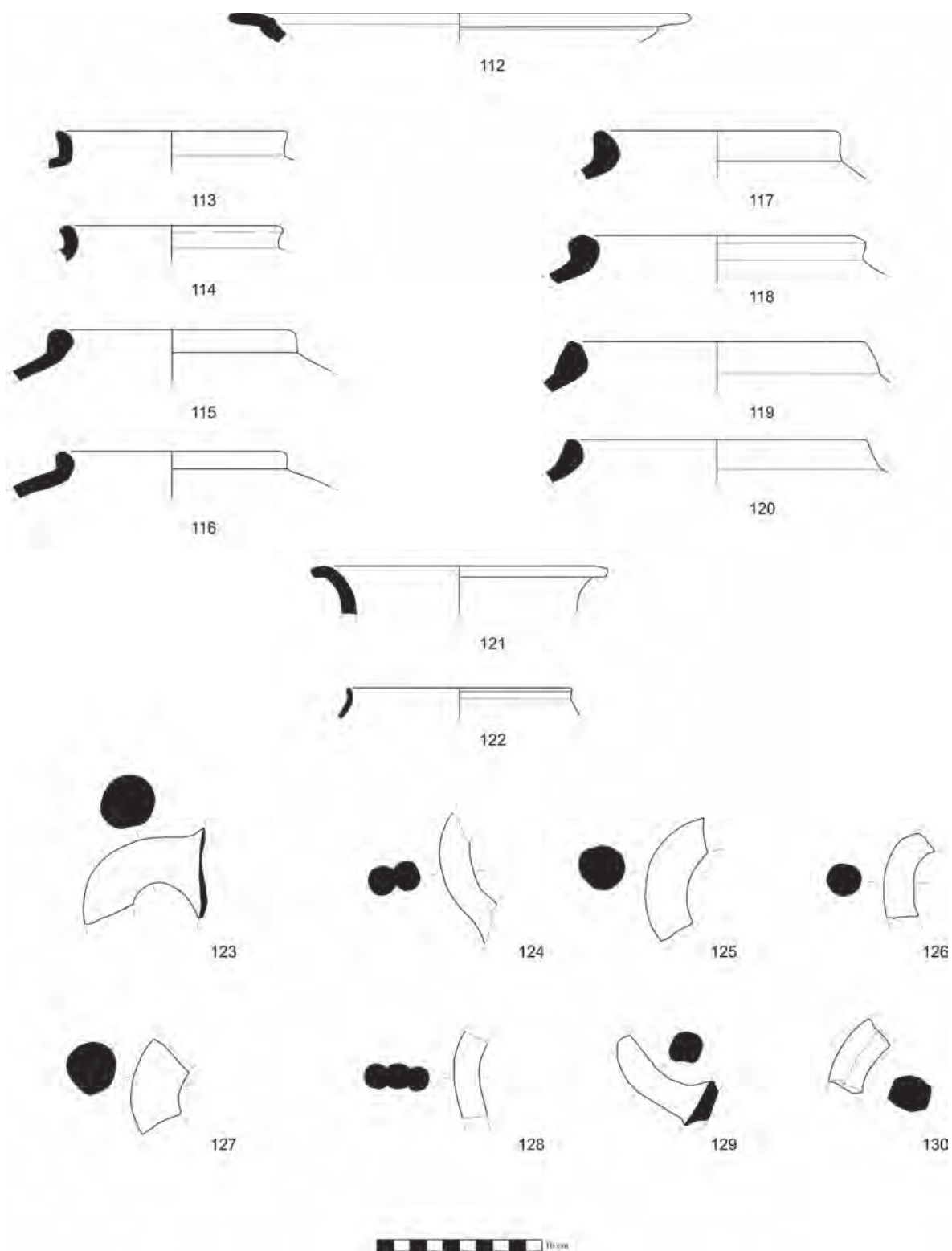


Fig. 18 – Castro do Amaral: prato de engobe vermelho (n.º 112); ânforas do Tipo 10.1.1.1. (n.º 113 e 114); 10.1.2.1. (n.º 115 a 118) e 11.1.1.1. (n.º 119 e 120) de Ramon Torres (1995); contentor de armazenamento (n.º 121); pote em cerâmica cinzenta (n.º 122); asas de ânfora (n.º 123, 125 a 127 e 129); asas de *phittoi* (n.º 124 e 128) e possível fragmento de suporte (n.º 130).



Fig. 19 – Vista do Castro do Amaral de poente.

10 – TENTATIVA DE SÍNTESE

A presença de evidências materiais do mundo fenício, num sítio como o de Santa Sofia, reveste-se de um interesse inusitado, por permitir pela primeira vez, no vale do Tejo, estudar os primeiros contactos e interações dos mercadores vindos do Mediterrâneo oriental com o mundo indígena. Entenda-se, não estamos aqui a lidar com uma feitoria fenícia ou com um bairro de mercadores, mas sim perante um pequeno povoado agrícola, que, apesar disso, é tocado por esse processo de orientalização que ocorre no vale do Tejo nos inícios da Idade do Ferro.

A progressiva orientalização, patente a vários níveis, destas sociedades proto-históricas conduz a que as mesmas contactem pela primeira vez com uma série de conhecimentos que iriam alterar por completo a sua forma de interagir com o meio. Recorde-se que é com o mundo fenício que é introduzida a roda de oleiro, as técnicas de redução do ferro, o vinho, o azeite, a escrita, novas concepções de arquitectura...

Tendo isso em mente, revestem-se de outro significado as cerâmicas “fenícias” que podemos exumar na escavação deste sítio, e que são o único elemento dissonante, num sítio em que a arquitectura e a cultura material remetem para o mundo da Idade do Bronze Final. A presença de contentores de armazenamento e de transporte fabricados a torno, destinados a conter e transportar produtos tão singulares e desconhecidos como o vinho, teriam certamente um significado de prestígio social para quem os guardava dentro da sua cabana.

O como e o quando é que este sítio interagiu com a nova realidade, são questões que iremos tentar responder, com o estudo do conjunto da informação recolhida, que terá que ser estudada numa perspectiva transdisciplinar,

recorrendo ao estudo das faunas¹⁴ e flora, da arqueometalurgia¹⁵, assim como a datações de cronologia absoluta (C14) para balizar radiometricamente este fenómeno¹⁶.

O alargar das indagações suscitadas pela escavação de Santa Sofia ao território vizinho, através de um projecto de prospecção sistemática, permite começar a vislumbrar uma inesperada riqueza de informação.

No âmbito deste projecto, foi possível identificar e georreferenciar em áreas de meia encosta, nas imediações de importantes linhas de água, diversos sítios dos finais da Idade do Bronze, que podem enquadrar-se dentro daquilo que usualmente se classifica como casais agrícolas (CARDOSO, 2004), e que parecem continuar a ser ocupados em inícios da Idade do Ferro.

Entre as diversas áreas analisadas, o vale do rio Grande da Pipa apresenta-se como um espaço geográfico bem definido e com uma hierarquização de povoamento que justifica o desenvolvimento de um projecto de estudo futuro.

No interior, o Castro do Amaral, domina de uma forma indiscutível, controlando o território e alcançando visualmente uma parte significativa do vale do Tejo e das lezírias da margem esquerda. Somos tentados a tentar ver neste sítio, um verdadeiro lugar central da Idade do Bronze Final, dominando um extenso território no qual se incluíam sítios de pequena dimensão como o Casal da Mó, a Quinta da Carapinha e Santa Sofia, com uma função essencialmente vocacionada para a agricultura e pastorícia. Poderia este povoado ter assumido o papel regional de elemento interlocutor privilegiado com os mercadores fenícios? De momento, apenas podemos entrar no campo das hipóteses, porém, é interessante verificar outros povoados contemporâneos e com uma ocupação atestada para a Idade do Bronze Final, como é o Castro da Ota (Barbosa, 1956b) e possivelmente o Castro da Pedra de Ouro (BARBOSA, 1956a), parecem ter sido abandonados nesta fase, enquanto o Castro do Amaral apresenta evidentes contactos com o mundo orientalizante.

Neste enquadramento não deixa de ser sugestiva a análise do sítio da Quinta da Marquesa II. Aí o conjunto cerâmico e as evidências de cariz industrial, associados ao tipo de implantação, permitem supor estarmos perante um sítio de características singulares, em que a presença de populações exógenas de matriz mediterrânica é a nosso ver incontornável. Estaremos perante uma fundação *ex nihilo* de um sítio eminentemente oriental, como será o caso de Abul no rio Sado, e de Santa Olaia no Mondego?

A existência de um sítio desta natureza no rio Tejo, é bastante plausível face à luz dos novos conhecimentos que têm vindo a surgir com o desenrolar da investigação nos últimos anos, e que já levou a considerar-se o vale do Tejo como “um espaço colonial fenício por excelência” (ARRUDA, 2005a, p. 41). Esta hipótese ganha outra consistência, se tivermos presente que estamos a meia viagem entre os grandes povoados da foz e o morro da Alcáçova de Santarém, formando-se aqui os célebres mouchões do Tejo, que mais não são do que ilhas, podendo uma delas ter servido para instalar um sítio portuário de apoio à navegação fluvial. Só a realização de futuros trabalhos de escavação, devidamente programados e realizados com um quadro de indagações pré-definido poderá clarificar estas questões, pelo que o Sector de Arqueologia do Museu Municipal de Vila Franca de Xira pretende iniciar um projecto de estudo para esta estação.

¹⁴ Trabalho em fase de conclusão pela Dra. Cláudia Costa.

¹⁵ Trabalho em curso pelo Dr. Pedro Valério, do ITN.

¹⁶ As datações estão a ser efectuadas pelo Eng. Monge Soares, do ITN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Biblioteca Praehistórica Hispana. 14. Madrid.
- ANDRADE, G. M. (1963) – Castro do Amaral. Acta da Secção de Arqueologia de 14 de Novembro de 1963. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 81. Lisboa, p. 236.
- ANDRADE, G. M. (1973) – Estações arqueológicas do Amaral ou das Curvaceiras (Alenquer). Actas da Secção de Arqueologia de 1973. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 91. Lisboa, p. 143.
- ARRUDA, A. M. (2002) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2005a) – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2005b) – Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: Geografias e cronologias. In *Actas del III Simposio Internacional de arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante*. Volume I. Anejos de AEspa. XXXV. Mérida, p. 277-303.
- AUBET, M. E. (1994) – *Tiro y las colonias fenicias de occidente. Edición revisada y puesta al día*. Barcelona: Crítica.
- AUBET, M. E. (1999) – La secuencia arqueológico-ecológica del Cerro del Villar. In *La Cerámica Fenicia en Occidente. Centros de Producción y áreas de comercio*. Actas del I Seminário International sobre temas Fenícios. Guardamar del Segura, 21-24 de noviembre de 1997. Diputación Provincial de Alicante, p. 41-68.
- AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CÚRIA, E.; DELGADO, A.; FERNANDEZ CAMPOS, A. & PARRÁGA, M. (1999) – *Cerro del Vilar. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalorce y su interacción con el Hinterland*. Monografías Arqueología. Sevilla: Junta da Andalucía.
- BARBOSA, E. (1955) – *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*. Monografia arqueológica apresentada como Tese de Licenciatura em ciências históricas e Filosóficas. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARKER, P. (1987) – *Understanding archaeological excavation*. B. T. Batsford Limited. London
- BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*. Courier International Ltd. B. T. Batsford Limited. London
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na Margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. In *Estudos Orientais IV – Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 143-182.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A baixa estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 12. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): Estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7. Número 1, p. 227-271.
- COELHO, A. B. (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. Caminho. Coleção Universitária. 3.ª Edição revista. Lisboa.

- FARIA, A.M. (1987) – Guerras e conflitos no Vale do Tejo na antiguidade: O testemunho dos tesouros monetários. *In Catálogo de Exposição Arqueologia no Vale do Tejo*. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, p. 60-61.
- FREITAS, V. T. (2005) – Observações preliminares sobre as cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. In *Actas del III Simpósio Internacional de arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante*. Volume II. Anejos de AEspa. XXXV. Mérida, p. 911-918.
- HARRIS, E. C. (1989) – Principles of archaeological stratigraphy. 2nd edition, London-San Diego: Academic Press.
- KALB, P. (1980) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 25-59.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1985) – Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- LÓPEZ PARDO, F. & HABIBI, M. (2001) – Le comptoir phénicien de Mogador: Approche chronologique et céramique a engobe rouge. In *Actes dès 1eres Journées Nationales d'Archéologie et du Patrimoine* (Rabat, 1-4 Juillet 1998. SMAP 2: Préislam.
- MACHADO, M.J.G. (1991) – Contribuição para o estudo da dinâmica da Bacia-vertente do Rio Grande da Pipa. Lisboa. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português: 1 – Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Aqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MATALOTO, R. (2004) – Um monte da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 37.
- MENDES, H. & PIMENTA, J. (2008) – O Povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. In *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 145-151.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien de'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion de Boccard.
- PARREIRA (1988) – Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3, p. 96-105.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2007) – Novos dados sobre a Presença Fenícia no Vale do Tejo a escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. II Série, n.º 15, p. 160.
- PIMENTA, J. ; SILVA, R. B. & CALADO, M. (No prelo) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: A Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas N.º 15. In *Actas 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*. Lisboa. Vol. 1, p. 145-163.

- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Lección Instrumental. 2. Barcelona. Publicacions universitat de Barcelona.
- RUIZ MATA, D. & PÉREZ, C. J. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, Cádiz)*. Biblioteca de temas portuenses. Puerto de Santa Maria.
- SILVA, A. C.; & BERROCAL RANGEL, L (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura), povoado do Bronze Final do Guadiana: primeira campanha de escavações (2004). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 2, p. 129-176.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia 9. 2 Volumes. IPPAR. Lisboa.
- VILAÇA, R. & ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.
- VIEGAS, J. R. & PARREIRA, R. (1984) – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). *Madridener Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.